

INTRODUÇÃO

No início de março de 2024, Danny Kahneman, o icônico investigador vencedor do Prêmio Nobel especializado na tomada de decisões humanas, celebrou o seu nonagésimo aniversário com umas férias tranquilas em Paris com a família. Depois disso, viajou para Zurique para recorrer às leis suíças liberais sobre a morte medicamente assistida (MAID — *medical aid in dying*) e pôs fim à sua vida numa clínica a 27 de março. Danny ainda gozava de relativamente boa saúde, mas queria evitar a perspectiva de um longo declínio incapacitante. Foi uma decisão cuidadosamente ponderada que ele já tinha comunicado a amigos próximos.¹ Não teria conseguido levar a cabo o seu plano em Paris, nem na sua casa em Nova Iorque, uma vez que nesses locais a MAID, também conhecida como suicídio medicamente assistido, ainda não era legal.² A MAID tem sido profundamente controversa, com os defensores a vê-la como uma forma de preservar a autonomia individual no fim da vida e os opositores a considerá-la um homicídio premeditado.

Algumas das controvérsias mais desagregadoras na nossa sociedade fragmentada prendem-se com as ações e transações que devem ser proibidas. As divergências são aguerridas uma vez que os argumentos de ambos os lados são frequentemente apresentados em termos morais ou religiosos intransigentes. Os defensores de posições opostas nestas questões moralmente controversas parecem, por vezes, acreditar que os

seus oponentes não só têm argumentos errados, como também devem ser más pessoas.

Este livro aborda o tema de mercados moralmente controversos — como o mercado da morte medicamente assistida — nos quais algumas pessoas gostariam de participar, mas que outras consideram que deveriam ser proibidos.

Sou economista e *designer* de mercados, e encaro os mercados como ferramentas que ajudam a determinar quem recebe o quê. O *design* de mercados é uma atividade humana ancestral, e a regulamentação é parte intrínseca desse *design*: os mercados não têm nem de permitir tudo nem de proibir tudo. A minha profissão procura encontrar formas de alocar recursos escassos de modo eficiente e equitativo, e também torná-los menos escassos. Para funcionarem bem, os mercados não só necessitam de ser organizados por regras que lhes permitam atingir os seus objetivos, como também precisam de apoio social. O objetivo deste livro é considerar com seriedade as preocupações morais e éticas, compreender o que está por trás delas e aprender a ajudar as pessoas a melhorar as suas vidas de formas que consigam obter apoio social suficiente para serem implementadas eficazmente.

Os mercados estão por todo o lado à nossa volta. Embora a maioria utilize dinheiro, há alguns que não o fazem. Quando falamos de mercados do casamento ou do namoro, por exemplo, não estamos apenas a usar uma metáfora. A terminologia talvez fosse menos fácil de compreender antes de tantos casamentos e relações românticas terem começado através de aplicações de encontros *online*, mas essas aplicações têm um carácter de mercado que é facilmente perceptível. Hoje em dia, muitos casais relatam que se conheceram pela primeira vez na Internet, utilizando aplicações de encontros ou outros meios digitais para conhecer potenciais cônjuges (ou encontros casuais, ou relações de uma noite).³

As aplicações de namoro e casamento facilitam o que passou a ser designado por «mercados de correspondência». E muitas das controvérsias acaloradas sobre o casamento e o namoro dizem respeito a quem pode formar um casal com quem. O casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, só começou a ser legalizado no século XXI

e continua a ser motivo de controvérsia em muitos locais, tal como o casamento inter-racial era há relativamente pouco tempo.

Os mercados de correspondência incluem aqueles em que as pessoas são colocadas em correspondência com rins para transplante, com empregos ou com vagas em escolas, por vezes com os preços na equação e outras sem qualquer referência aos mesmos. No entanto, como as pessoas são únicas, os mercados de correspondência quase nunca dependem exclusivamente dos preços, como acontece nos mercados de mercadorias. Os empregadores preocupam-se com quem contratam, as instituições de ensino superior preocupam-se com os estudantes que aceitam e os estudantes preocupam-se com as instituições para onde vão estudar. Assim, nos mercados de correspondência, não basta escolher o que se quer, mesmo que se tenha meios para isso, também é necessário ser escolhido. Assemelham-se, portanto, em certa medida, aos mercados matrimoniais, com o namoro, as propostas e as aceitações, bem como com costumes e regras que regem a forma como os casamentos são arranjados.

No entanto, a maioria dos mercados fixa preços para ajudar a decidir quem fica com o quê. O dinheiro é uma invenção humana com um impacto profundo. A sua utilização como meio de troca permite que as pessoas troquem bens e serviços de valor, mesmo com pessoas que talvez nunca venham a conhecer. Mas o dinheiro em si pode ser motivo de controvérsia. A sua utilidade como meio de troca também o tornou uma reserva de valor, o que lhe confere uma enorme importância nas sociedades modernas. Pode ser um amplificador da desigualdade e, portanto, algumas controvérsias sobre o dinheiro refletem preocupações com a exploração dos pobres levada a cabo pelos ricos.

Existem objeções à *cobrança* de dinheiro de formas consideradas inadequadas ou excessivas. Na Europa, a Igreja medieval considerava a cobrança de juros sobre empréstimos um pecado grave, embora não desaprovasse os empréstimos. Atualmente, muitas jurisdições possuem leis contra a especulação de preços, normalmente interpretada como o aumento dos preços de bens essenciais durante situações de emergência que provocam a escassez desses bens. As leis relativas ao salário mínimo (e ao salário digno) proibem a oferta de emprego com um salário demasiado *baixo*.

Um conjunto mais recente de controvérsias, especialmente em contextos médicos, suscita a preocupação oposta: *pagar* por certas coisas, ou pagar *demasiado*, pode, por vezes, constituir uma forma de exploração dos pobres. Muitas transações que são consideradas admissíveis, ou mesmo louváveis, quando são realizadas sob a forma de doações, suscitam objeções apenas quando o dador é remunerado (ou seja, quando as transações podem ser vistas como vendas).

Por exemplo, grande parte da medicina moderna depende de doações de rins para transplante, ou de sangue e plasma sanguíneo para o tratamento de diversas doenças potencialmente fatais. No entanto, é ilegal remunerar os dadores de rins em quase todo o lado, e remunerar os dadores de sangue ou plasma na maior parte dos países. Existe uma escassez mundial de rins para transplante.

Grande parte do mundo, contudo, dispõe de todo o plasma de que necessita, porque nos EUA os dadores de plasma podem ser remunerados, e os EUA são a Arábia Saudita do plasma sanguíneo, exportando anualmente dezenas de milhares de milhões de dólares em produtos de plasma que salvam vidas para países que não conseguem recolher todo o plasma de que necessitam a nível nacional a partir de dadores não remunerados.

Frequentemente, as proibições legais relativas a *pagamentos* — por serviços sexuais, gestação de substituição, rins ou plasma — decorrem da preocupação de que esses pagamentos possam constituir um incentivo indevido, levando à exploração ou mesmo à coação de pessoas pobres e vulneráveis. (Existe uma divisão considerável entre os economistas, que encaram os pagamentos como incentivos, e alguns especialistas em ética e outros que consideram o dinheiro um meio coercivo.) Mas a possibilidade de coação envolvendo doações que possam ser exploradoras precisa de ser considerada, independentemente de haver ou não pagamentos envolvidos. Esta preocupação tem especial relevância quando se pede ou se permite que as pessoas assumam riscos para os quais estão mal preparadas, caso o risco tenha um desfecho negativo.

As proibições podem variar. Em muitos países, é proibido pagar a uma mãe de substituição (para gerar um bebé para outra pessoa), enquanto noutros países até mesmo a gestação de substituição não

remunerada é proibida. No entanto, as barrigas de aluguer remuneradas são legais na maioria dos estados dos EUA, enquanto a prostituição (pagar e ser pago por sexo) é ilegal, apesar de ser legal em muitos outros países e em algumas províncias rurais do Nevada.

Portanto, os mercados moralmente contestados abrangem uma vasta área. Em muitos casos, estamos a lidar com o que gosto de chamar de *transações repugnantes*.

Consideremos que uma transação é *repugnante* se todas as partes envolvidas nela desejarem realizá-la e outras pessoas considerarem que tal não deveria ser permitido *por razões morais ou religiosas*, mesmo que essas outras pessoas *não tenham como perceber que a transação ocorreu, a menos que alguém lhes diga*.

Note-se que a repugnância é diferente do *nojo*. Os psicólogos sugerem que o nojo tem origem numa adaptação humana universal que serve para nos manter afastados de fontes de infeção e doença, tais como os fluidos corporais ou as fezes de outras pessoas. Nenhum restaurante se oferece para lhe vender uma bebida feita com a saliva de outras pessoas, porque seria nojento e ninguém quererá comprá-la. Mas uma transação repugnante tem tanto adeptos como opositores. Assim, quando chamo a algo de repugnante, não estou a dizer que me oponho a isso ou que o leitor deva opor-se, mas que é algo que tem opositores que levantam objeções principalmente por motivos morais.

Esta definição de *repugnância* exclui transações controversas que as pessoas consideram que deveriam ser proibidas devido a danos evidentes, como a venda de bens que poluem o ar ou a água. É fácil perceber por que razão essas transações são problemáticas: o facto de se realizarem prejudica os outros. Os economistas chamam a esses danos de *externalidades negativas* — têm um efeito negativo sobre terceiros (ou seja, prejudicam pessoas que não participam na transação). Mas algumas das controvérsias mais importantes e desconcertantes podem não envolver danos para aqueles que as proibiriam, pelo menos danos que sejam facilmente mensuráveis ou mesmo diretamente perceptíveis. No entanto, as objeções morais levantadas contra transações repugnantes podem envolver danos percebidos ou conjecturados a terceiros — parte da controvérsia pode até ser se tais danos existem.

Consideremos o casamento entre pessoas do mesmo sexo, uma transação cujo estatuto jurídico em grande parte do mundo mudou radicalmente no século XXI. Trata-se de um exemplo prototípico de uma relação repugnante: duas pessoas querem casar-se uma com a outra, e outras pessoas pensam que isso não deveria ser permitido, frequentemente por motivos relacionados com a religião. E não é possível saber se alguém é casado, a menos que essa pessoa o diga, por exemplo, usando uma aliança de casamento. A externalidade negativa que um opositor do casamento entre pessoas do mesmo sexo pode temer é que a sua legalização nos colocaria numa ladeira escorregadia para permitir outros tipos de transações das quais nós (ou eles) poderíamos vir a arrepender-nos.

A fertilização *in vitro* (FIV) é outro exemplo de repugnância no mercado dos cuidados de saúde. Quando Robert Edwards ganhou o Prémio Nobel de Fisiologia ou Medicina de 2010 «pelo desenvolvimento da fertilização *in vitro*», já tinham nascido vários milhões de bebés através da FIV. A conquista de Edwards foi celebrada em Estocolmo com fanfarras num banquete realizado na Câmara Municipal e transmitido pela televisão. Ao mesmo tempo, Edwards e a tecnologia que ajudou a desenvolver foram duramente criticados. Algumas pessoas consideravam que a FIV era inadmissível porque se cometia homicídio quando os embriões, criados para a FIV em excesso em relação aos que não eram efetivamente utilizados, eram descartados. Um porta-voz do Vaticano declarou que se tratava, essencialmente, de homicídios «pelos quais o novo laureado com o Prémio Nobel é responsável».⁴

A controvérsia sobre a FIV deixa claro o quão profundas podem ser as divergências. Muitos milhões de pessoas devem agora a vida dos seus filhos, ou a sua *própria* vida, à FIV e consideram-na uma fonte de vida, enquanto os opositores consideram que as pessoas concebidas através da FIV são, cada uma delas, sobreviventes de um massacre de inocentes.

A controvérsia em torno do aborto está novamente no centro dos debates nos EUA. A decisão do Supremo Tribunal de 2022 no caso *Dobbs vs. Jackson Women's Health Organization* revogou a decisão de 1973 no caso *Roe vs. Wade*, que tinha estabelecido o direito ao aborto

em determinadas circunstâncias.⁵ No seu parecer concordante, o juiz Clarence Thomas afirmou que o tribunal deveria considerar ainda a revogação de decisões semelhantes que estabelecem direitos à contraceção, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e às relações sexuais consensuais privadas entre adultos.⁶ Assim, algumas controvérsias, mesmo aquelas que parecem ter sido resolvidas, podem nunca desaparecer totalmente. (Em 2025, a Convenção Batista do Sul, a maior denominação protestante americana, votou a favor de prosseguir com a revogação da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.)⁷

Não sou, de forma alguma, o primeiro a refletir sobre a repugnância. Em 1780, Jeremy Bentham, filósofo utilitarista e economista, utilizou a palavra *antipatia*:

Por «princípio da simpatia e da antipatia» entendo o princípio que aprova ou desaprova certas ações, não por estas tenderem a aumentar ou diminuir a felicidade da parte cujos interesses estão em causa, mas simplesmente porque um homem se sente inclinado a aprová-las ou desaprová-las.⁸

Que peso se deve atribuir à repugnância ou à antipatia, em comparação com o direito de adultos consentâneos realizarem transações que desejam e que não parecem prejudicar mais ninguém? Muitas controvérsias atuais refletem esta questão. A marijuana deve ser legalizada? A prostituição? E quanto ao suicídio medicamente assistido para pessoas que desejam uma morte digna?

Isto levanta a questão da relação entre repugnância e paternalismo. Será que conseguir o que queremos melhora a nossa situação? Se já criou crianças pequenas, sabe que, por vezes, é preciso impedi-las de obter o que desejam urgentemente, caso isso as coloque em risco, lhes cause mal-estar ou as deixe sonolentas na escola no dia seguinte. No contexto da educação infantil, o paternalismo («parentalismo»?) é algo que aprovamos. Os pais que deixam os seus filhos sem supervisão adequada podem ser culpados de negligência.

Mas e quanto aos adultos normalmente competentes (ou seja, aqueles de nós que já fomos crianças e que já completámos anos suficientes

para sermos considerados legalmente adultos)? O florescente campo da economia comportamental e experimental convenceu até mesmo os economistas de que nós, seres humanos, nem sempre somos bons a perceber e a agir no nosso próprio interesse, especialmente quando estamos sob pressão. Assim, entre as questões a considerar estão as de se alguns de nós, em determinadas situações, poderíamos beneficiar de proteção contra as nossas próprias decisões — e os custos, benefícios e eficácia das tentativas de proporcionar essa proteção. A repugnância pode, portanto, surgir tanto de uma falta de empatia para com aqueles que querem ou precisam de realizar transações de uma determinada forma (pense-se, pelo menos, em parte da oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo) como da preocupação quase oposta de proteger os vulneráveis de sofrerem danos ao fazerem ou serem forçados a fazer más escolhas, caso essas escolhas estejam disponíveis (como quando potenciais doadores de rins ou de plasma podem ser pagos para doar, ou quando a morte medicamente assistida é uma opção).

Nem todos os mercados moralmente contestados são controversos devido a questões tão delicadas como a de quando começa a vida e nem todas as transações repugnantes são tão importantes como as que envolvem rins, narcóticos ou gestação de substituição. Na Califórnia, por exemplo, é crime vender carne de cavalo para consumo humano, apesar de (ou, mais precisamente, *porque*) muitos californianos serem originários de regiões do mundo onde a carne de cavalo é consumida com prazer. Os californianos manifestaram a sua repugnância num referendo de 1998 que obteve 60 % dos votos expressos. (Algumas pessoas podem ter outras razões para se oporem à venda de carne de cavalo — podem vender carne de vaca, por exemplo —, mas a campanha para proibir a carne de cavalo centrou-se na repugnância.)

A lei da Califórnia que proíbe a venda de carne de cavalo existe precisamente porque o consumo dessa carne não é universalmente considerado repulsivo — o que torna essa transação repugnante é o facto de, pelo menos, algumas pessoas quererem comer carne de cavalo, enquanto outras não querem que o façam. (Podemos sentir repulsa se

outra pessoa comer carne de cavalo, mas o que quero dizer é que só temos a oportunidade de o fazer porque algumas pessoas a consideram um bom alimento.)

Embora algumas repugnâncias desapareçam, outras podem surgir. Algumas repugnâncias antigas — até mesmo bíblicas — começaram a diminuir (como no caso dos juros sobre empréstimos), ainda que não tenham desaparecido facilmente, nem por completo, como veremos. Mas outras coisas que antes não eram tão repugnantes tornaram-se muito mais, como a servidão por contrato. Hoje em dia, não pode vender-se a si próprio para a escravidão temporária — a servidão por contrato não é um contrato de trabalho legal, mesmo quando celebrado voluntariamente, embora tenha sido outrora a forma mais comum de comprar uma passagem da Europa para a América do Norte. E há um fluxo constante de novas tecnologias que, tal como a fertilização *in vitro* ou o transplante renal, apresentam opções anteriormente indisponíveis que desafiam as convenções existentes e podem suscitar repugnância.

Note-se que ser repugnante e ser proibido não são a mesma coisa. Existem transações que são legais embora sejam repugnantes (como a prostituição em muitos países) e transações ilegais que a maioria dos eleitores gostaria de legalizar; portanto, as leis e as repugnâncias evoluem a ritmos diferentes. Mas encontrar um mercado proibido onde muitas pessoas estão a desrespeitar a proibição é uma boa forma de encontrar uma transação repugnante, por isso vou concentrar grande parte da minha atenção nas proibições legislativas e nas decisões judiciais, bem como nos esforços para as contornar. A repugnância é uma área em que o direito e a economia se tornam intimamente ligados. Nos EUA, muitos mercados controversos acabam por chegar ao Supremo Tribunal.

Se as ações e transações moralmente contestadas forem criminalizadas e proibidas, podem surgir mercados negros para satisfazer a procura. Estes podem, por vezes, ser bastante problemáticos: antes de 1967, o aborto era ilegal em todos os estados dos EUA, mas era praticado por profissionais de saúde sem licenças e, muitas vezes, perigosos. E não conseguimos eliminar os mercados negros de heroína e outras drogas ilegais, apesar da guerra contra as drogas. Os mercados

de drogas continuam a perturbar vidas, não apenas onde as drogas são consumidas, mas também onde a papoila do ópio e a planta da coca são cultivadas, e os cartéis de droga competem violentamente entre si e com os governos.

Proibir um mercado no qual algumas pessoas, apesar de tudo, desejam participar pode ser o primeiro passo para a criação do mercado negro ilegal que virá a surgir.

Então, como devemos encarar controvérsias como estas que, se não forem resolvidas, conduzem a sofrimento e morte que poderiam ser evitados? Como devemos comparar os danos que podem advir dos mercados negros com os danos que podem advir dos mercados legais, nos quais as pessoas vulneráveis podem ficar em desvantagem, ou da ausência de mercados legais, que pode deixar necessidades essenciais por satisfazer?

Por exemplo, se é aceitável que uma pessoa saudável doe um dos seus rins para salvar a vida de um amigo, seria aceitável que essa pessoa saudável recebesse uma quantia substancial de dinheiro para doar um rim a um estranho? E se essa pessoa saudável fosse pobre, ou estivesse desesperada, ou mal informada sobre os riscos? Que tipo de compromissos, se é que existem, podemos considerar se salvar a vida de muitos doentes puder aumentar o risco de danos para alguns dadores? E enquanto trabalhamos para resolver estas questões, o que podemos fazer para reduzir a escassez de transplantes que torna a insuficiência renal uma das dez principais causas de morte em todo o mundo?

Comecei a interessar-me pelas transações repugnantes através do meu trabalho para aumentar a disponibilidade de transplantes renais. Nos EUA, há aproximadamente 100 mil pessoas na lista de espera, cada vez mais longa, para transplantes renais de dadores falecidos, mas só conseguimos realizar cerca de 20 mil transplantes destes por ano. Por isso, a espera é longa, difícil e perigosa, já que milhares de pessoas morrem todos os anos enquanto aguardam. Também realizamos cerca de seis mil transplantes por ano de dadores vivos, o que é possível porque uma pessoa saudável tem dois rins e pode manter-se saudável com apenas

um. Uma das razões pelas quais não há mais transplantes de dadores vivos é que o rim tem de ser bem compatível com o recetor, e alguns potenciais dadores que desejam doar um rim a alguém não o podem fazer porque o seu rim não é compatível com o recetor pretendido.

A situação dos pacientes renais é igualmente grave em todo o mundo desenvolvido e muito pior nos países em desenvolvimento, onde os transplantes são, em grande parte, inacessíveis. A maioria das pessoas que necessita de um transplante tem de esperar muito tempo e muitas morrem sem o conseguir, porque a oferta é muito inferior à procura.

Quando os economistas observam longas filas para recursos escassos, suspeitamos que não se está a permitir que os preços contribuam para aumentar a oferta. De facto, a legislação nos EUA e na maior parte do mundo estipula que os rins devem ser doados, o seu preço deve ser zero. Assim, qualquer tentativa de aumentar a oferta de rins através da compensação dos dadores teria de superar a repugnância quase mundial por tal transação (embora um desdobramento deste debate seja o de existir finalmente algum movimento limitado no sentido de reembolsar os dadores vivos pelos custos em que incorrem para doar um rim).

Apesar de ser ilegal, há pessoas que gostariam de comprar um rim e outras que estão dispostas a vender um dos seus. Existem mercados negros onde estes órgãos, bem como os serviços médicos necessários para o transplante, podem ser comprados e vendidos. Proibir transações que as pessoas desejam realizar pode levá-las à clandestinidade, obrigando os participantes a lidar com o crime, a depender dele e a tornarem-se criminosos.

Juntamente com os meus colegas especialistas em *design* de mercados, ajudámos os profissionais da área de transplantes a organizar o *intercâmbio renal*, que se tornou uma forma padrão de transplante em que os rins são trocados entre pares de dadores e recetores, sem que haja qualquer troca de dinheiro, para que um doente possa receber um rim compatível do dador destinado a outro doente. (O intercâmbio renal representa atualmente cerca de 30 % dos transplantes renais de dadores vivos nos EUA). Esse mercado de correspondência salvou

milhares de vidas, mas não pôs fim à grave escassez de transplantes. E, por isso, não pôs fim à controvérsia sobre se devemos tentar aumentar a oferta de rins transplantáveis, flexibilizando a proibição de remunerar os doadores.

Refletir sobre a repugnância e as suas origens, sejam estas bem fundamentadas ou não, obriga-nos a pensar em compromissos. Nas nossas vidas pessoais, fazemos constantemente compromissos, de forma consciente ou inconsciente, entre os resultados desejados e indesejados das ações que podemos tomar. (Será que devemos comer mais um pedaço de bolo? Aceitar um exame médico invasivo?)

As sociedades também têm de fazer concessões. Por exemplo, a venda legal e regulamentada de álcool traz consigo tanto aspetos negativos como positivos — tais como o alcoolismo e a condução sob o efeito do álcool, mas também brindes com champanhe, bom vinho e uísque envelhecido. Todos esses aspetos — tanto os negativos como os positivos — foram ofuscados quando os Estados Unidos alteraram a Constituição em 1920 para proibir, em grande parte, a venda de álcool durante o período conhecido como «Lei Seca», uma tentativa que também deu origem ao contrabando e ao crime organizado. A Lei Seca foi considerada tão malsucedida que foi revogada através de uma nova emenda à Constituição em 1933.

Da mesma forma, dificilmente teríamos a economia capitalista global de grande alcance que conhecemos hoje se não existisse um mercado de capitais — se ainda não fosse possível cobrar juros sobre empréstimos, se os bancos pudessem oferecer apenas cofres em vez de depósitos remunerados e se as empresas e os governos não pudessem angariar fundos através da venda de obrigações. No entanto, as falências bancárias e as crises de crédito ensinaram-nos algo sobre a forma como os mercados de capitais necessitam de regras e regulamentos para reduzir os riscos que mercados mal concebidos podem acarretar, e como essas regras precisam de ser atualizadas à medida que se inventam novos instrumentos financeiros que exigem a introdução de novas regras e a retirada das antigas.

Temos, assim, inevitavelmente de lidar com compromissos, mesmo que não gostemos de pensar neles. E quando consideramos que certas questões dizem respeito à moralidade (ou à liberdade, à justiça ou à equidade), podemos mostrar-nos menos dispostos a debater os compromissos que assumimos implicitamente sempre que tomamos decisões que acarretam consequências. Até mesmo considerar certos compromissos pode suscitar repugnância, se estes afetarem «valores sagrados».⁹

Os compromissos são um bem de primeira necessidade para os economistas. Qualquer atividade humana complexa, como tentar fazer com que os mercados funcionem bem ou tentar proibi-los, tem o potencial de gerar resultados tanto positivos como negativos. O *design* de mercados consiste em decidir quais os compromissos que não podemos evitar, quais estamos dispostos a aceitar e, em seguida, elaborar (e reelaborar) as regras de funcionamento para obter a combinação mais favorável possível entre o positivo e o negativo.

Mas, tal como existem alguns compromissos que talvez nunca queiramos fazer, há muitos outros que devemos (ou temos mesmo de) considerar. As transações que podem melhorar o bem-estar das pessoas envolvidas não devem ser proibidas sem razões que se justifiquem em relação ao que a sociedade e os seus membros individuais perdem ao proibi-las. Não devemos, por exemplo, confundir o nosso desejo de que não haja nenhum toxicodependente com a ideia de que podemos alcançar isso tornando ilegais as drogas que causam dependência.

O que podemos ou não obter estará frequentemente no cerne da forma como devemos encarar as transações repugnantes. Para uma melhor clarificação, comparemos as leis que criminalizam a venda de heroína com as leis que criminalizam atos como o homicídio ou (seguindo o rasto do dinheiro) atos como contratar um assassino profissional para matar alguém. Tivemos mais de 100 mil mortes por *overdose* de opioides em alguns anos nos EUA, mas (apenas) cerca de 20 mil homicídios, quase nenhum dos quais cometido por assassinos contratados.¹⁰ Por que razão as proibições do homicídio por encomenda são tão mais eficazes do que as proibições da venda de drogas que causam dependência? Na prática, as penas não são assim tão diferentes: quase

metade dos nossos reclusos federais tem condenações por drogas.¹¹ Uma diferença importante é o facto de ninguém querer ser assassinado (não é uma transação repugnante, é um ataque letal). Mas os consumidores de drogas querem comprar drogas.

Ou seja, o homicídio é um crime com uma vítima involuntária, mas as partes envolvidas numa transação de drogas podem, com alguma plausibilidade, considerá-la um crime sem vítimas. O mesmo pode dizer-se das/dos profissionais do sexo voluntárias/os e dos seus clientes, das mães de substituição e dos pais biológicos inférteis, bem como dos participantes voluntários em muitas outras transações repugnantes que constituem crimes em alguns locais. É por isso que as leis que criminalizam uma grande variedade de transações repugnantes são ineficazes, pelo menos até certo ponto, e podem produzir consequências indesejadas graves. Quando uma transação repugnante é declarada crime, todos aqueles que desejam participar nela tornam-se potenciais cúmplices na subversão da lei.

É possível que voltemos a assistir ao ressurgimento dos abortos no mercado negro nos estados que proíbem o aborto legal, embora, esperamos, não sejam tão perigosos como no período anterior à decisão Roe. É mais provável que vejamos as proibições do aborto em alguns estados a serem contornadas pela venda transfronteiriça de medicamentos para induzir o aborto e por viagens a estados onde este continua a ser legal. (Quando o aborto era ilegal na Irlanda, a expressão «apanhar o barco para Inglaterra» era por vezes entendida como um sinónimo.)¹²

Portanto, há compromissos a fazer. Suponhamos que concordamos (embora nem todos concordem) que a heroína e o *crack* são drogas terríveis que nunca podem ser consumidas com segurança e que têm sempre o potencial de devastar aqueles que são levados a consumi-las, que podem estar entre os mais vulneráveis de entre nós.¹³ Podemos, no entanto, ponderar os compromissos entre criminalizar a sua venda e consumo, o que resulta em longas penas de prisão para muitas pessoas, ou adotar outras políticas.

Devemos descriminalizar os narcóticos, talvez transformando-os em medicamentos sujeitos a receita médica? (Criar um mercado legal para

os narcóticos não significa que não possam existir regras e regulamentos bem concebidos; por exemplo, não significa automaticamente que as drogas seriam vendidas em máquinas de venda automática nas escolas.) Parece-me que a resposta deve depender, pelo menos em parte, das consequências que daí advirão. Se a legalização das drogas, de alguma forma adequada, aumentasse o vício, no máximo, ligeiramente, mas diminuísse significativamente a criminalidade, as mortes por *overdose* e a perturbação das comunidades, então eu seria a favor. Mas se o vício aumentasse enormemente e a criminalidade diminuísse, no máximo, ligeiramente, então eu seria contra. Assim, seria útil dispor de evidências, e precisamos de pensar em como as recolher (por exemplo, em locais onde se tentou a descriminalização do consumo de algumas drogas).¹⁴ Uma coisa já sabemos, com base em evidências abundantes, é que tornar as drogas narcóticas ilegais não conseguiu torná-las indisponíveis, nem mesmo demasiado caras para os dependentes as obterem (talvez recorrendo a crimes mais comuns, como o furto e o roubo). Mas também começámos a perceber que a simples descriminalização da posse de drogas (nos poucos locais onde foi experimentada) não é, por si só, uma solução.

Grande parte deste livro terá um carácter descritivo. A minha intenção não é escrever mais um livro em que o autor explique por que razão considera algo repreensível, ou não, e defenda que o leitor deve concordar. Uma vez que os mercados necessitam de apoio social, será útil explorar não só o que nós, enquanto indivíduos, consideramos repreensível ou aceitável, mas também o que os outros consideram repugnante ou atraente, e porquê. O empirismo será aqui o nosso aliado, porque podemos aprender algo sobre quais são os compromissos que devemos considerar ao observar como alguns mercados são tratados de maneira diferente em diferentes sociedades e jurisdições. Podemos aprender tanto com os esforços relativamente malsucedidos como com os bem-sucedidos para proibir mercados, como os mercados de álcool, dos narcóticos e assassinos contratados.

Os debates sobre transações repugnantes não devem ser, portanto, desprovidos de evidências. As evidências podem ser invocadas não

só para ponderar as vantagens e desvantagens entre a proibição ou a legalização e regulamentação de certas transações, mas também para determinar quais as repugnâncias encontradas em diferentes populações, quais as hipóteses e crenças que sustentam essas repugnâncias e, conseqüentemente, quais são as opções disponíveis para influenciar as normas sociais. (Certa vez, dei uma palestra em Berlim sobre mercados controversos e concentrei-me em três: prostituição, gestação de substituição e intercâmbio de rins. As leis alemãs e americanas eram precisamente opostas em relação aos três: a prostituição era a única legal na Alemanha e a única ilegal na maior parte dos EUA.)

No entanto, em muitos casos relacionados com mercados repugnantes, há poucas evidências disponíveis, quer seja por não existirem mercados legais cujos efeitos possam ser avaliados, quer porque, embora existam atualmente mercados legais, é difícil avaliar a eficácia de qualquer proibição proposta. Ainda assim, podemos identificar algumas das vantagens e desvantagens relevantes sobre as quais seria desejável dispor de evidências e conceber estratégias para a recolha dessas evidências.

Em 2007, quando publiquei o meu primeiro artigo sobre este tema, intitulado «Repugnância como restrição aos mercados», tentei expor, na qualidade de cientista social, as questões que tornam alguns mercados controversos. Abordei a proibição quase universal de remunerar os dadores de rins, apesar da escassez de rins para transplante, que salvam vidas. Quanto à questão «Seria aceitável compensar os dadores de rins?», conheço bem pessoas que defendem veementemente ambos os lados. Conheço pessoas que pensam que compensar dadores adequados é uma ideia obviamente boa, que salvaria muitas vidas, e pessoas que pensam que é o tipo de má ideia que só pessoas más teriam, que inevitavelmente exploraria os pobres e vulneráveis.

Um dos elogios casuais que recebi sobre a forma como o meu artigo apresentava as questões foi o facto de pessoas de ambos os lados me terem dito algo do género: «Penso que apresentaste de forma imparcial os dois lados do debate. *Mas percebi que, na verdade, concordas comigo.*»

A razão pela qual isso é um elogio quando vem de ambos os lados é que, se eu realmente conseguir apresentar todos os pontos de vista

de forma imparcial e o leitor tiver um ponto de vista, é natural que uma apresentação imparcial do seu ponto de vista lhe pareça convincente, pelo que poderá pensar que estou a inclinar a balança a seu favor. Naquele artigo, tentei não inclinar a balança, e neste livro continuarei a tentar apresentar todos os pontos de vista de uma controvérsia de forma imparcial. Certamente não conseguirei fazê-lo em alguns casos. (As disputas sobre moralidade parecem tornar particularmente difícil para os litigantes compreender plenamente as posições opostas.)

Mas tenho, de facto, opiniões pessoais sobre muitas das questões que irei abordar. Algumas são também opiniões profissionais — penso que devemos basear os nossos debates sobre políticas em dados de alta qualidade, para que possamos ponderar as *consequências* das nossas ações e não nos permitirmos o luxo de nos julgarmos (e às políticas que defendemos) apenas pelas nossas *intenções*.

De uma forma geral, penso que devemos, pelo menos, ponderar cuidadosamente a possibilidade de regulamentar (em vez de proibir) aquilo que não conseguimos impedir. Neste livro, sentir-me-ei livre para concluir algumas discussões indicando não só quais as provas que considero que devemos recolher, tendo em conta os problemas que enfrentamos atualmente, mas também quais as medidas que poderão ser necessárias neste momento, com base nas provas de que dispo-mos atualmente.

Temos a responsabilidade coletiva de refletir cuidadosamente, e avaliar periodicamente, se as regras atuais para mercados controversos estão a funcionar bem e, caso contrário, como devemos proceder para as alterar. O meu objetivo não é dizer-vos o que pensar, mas sim ajudar-vos a pensar. Apresentarei algumas sugestões, por vezes sobre políticas que poderíamos adotar e, outras vezes, apenas sobre que experiências e investigações devemos considerar, para nos informarmos sobre o que fazer. É frequente não ser assim tão útil apenas pensar intensamente sobre como devemos apoiar, opor-nos ou regulamentar mercados controversos: pode ser mais útil pensar sobre de que tipo de evidência precisamos para nos orientar e como podemos recolhê-la. (E, embora a realização de experiências esteja entre as formas mais

fiáveis de recolher evidências, as próprias experiências podem provocar repugnância.)¹⁵

O meu objetivo principal neste livro é debater como devemos pensar na construção de sociedades que promovam o bem-estar humano, equilibrando os direitos das pessoas de perseguir os seus objetivos individuais e comuns com a necessidade de proteger os membros mais vulneráveis da sociedade dos danos que possam advir de mercados, incluindo dos mercados negros, que crescem sem limites. É um debate que nos permitirá vislumbrar histórias fascinantes sobre como as pessoas perseguem alguns dos seus desejos mais fundamentais quando a sociedade lhes coloca obstáculos no caminho.

Este é, portanto, um livro sobre compromissos, sobre as controvérsias em torno desses compromissos e sobre como conceber mercados de forma que esses compromissos sejam humanos, benéficos, eficientes e adequados. Não é um livro sobre absolutos morais. É um livro sobre economia moral.

A minha abordagem consistirá em analisar transações específicas e controversas em mercados específicos. Ainda que não aborde diretamente fenómenos de grande escala, como a desigualdade de rendimentos, será evidente, em muitos casos, que haveria menos repugnância se não existisse pobreza. Teremos de estar atentos aos casos em que a proibição de certas transações protege os vulneráveis das forças perigosas do mercado e aos casos em que «vulnerável» pode, por vezes, ser um rótulo que nega aos pobres oportunidades que estão adequadamente ao alcance dos mais afortunados.

O livro começa com as transações íntimas que estão na base das sociedades humanas e que são responsáveis por tanta controvérsia: o sexo, a reprodução e a formação da família por opção, através do casamento e da adoção. Existe repugnância em relação a quem pode relacionar-se com quem e de que forma. Existem controvérsias sobre quem pode pagar a quem e pelo quê, incluindo preocupações com a exploração. E alguns temem que a sociedade possa entrar numa espiral descendente se for permitido que as novas tecnologias perturbem o *statu quo*, enquanto outros esperam que essas tecnologias permitam novas liberdades. Estas questões interagem entre si: os desenvolvimentos

tecnológicos relativos à reprodução têm interagido com as normas sociais em mudança sobre quem pode ter relações sexuais com quem, e que tipos de famílias podem ter e criar filhos.

Em seguida, foco-me nas tentativas de prevenir danos, sejam eles físicos, no caso do álcool e das drogas, ou a exploração das pessoas em situação de vulnerabilidade financeira. As proibições muitas vezes não funcionam como pretendido: podem causar mais danos, ou danos diferentes, do que aqueles que pretendem prevenir. Isto deve-se, em parte, ao facto de coisas que são prejudiciais em excesso poderem, por vezes, ser benéficas, ou mesmo essenciais, como as drogas que causam dependência que também são analgésicos sujeitos a receita médica, e os empréstimos com juros elevados que podem resolver emergências financeiras. No entanto, é difícil regulamentar bem estes mercados, pelo que o instrumento contundente que é a proibição continua a atrair um apoio substancial.

Depois, as controvérsias que envolvem questões de vida ou morte permitem-nos perceber como a repugnância está presente desde o berço até ao túmulo. Descreverei os argumentos morais a favor e contra a morte medicamente assistida, bem como questões sobre incentivos no que diz respeito à participação de seres humanos saudáveis em ensaios de investigação de vacinas ou à doação de rins ou plasma. Estes capítulos mostram como a repugnância é abordada de forma diferente em diferentes países, o que pode sugerir oportunidades para experimentar diferentes formas de regulamentação e avaliar as vantagens e desvantagens que estas oferecem em comparação umas com as outras ou com proibições absolutas. Por fim, anteciparei desenvolvimentos emergentes em mercados controversos, relacionando lições de controvérsias passadas que provavelmente serão importantes no futuro. Concluo com uma discussão sobre como poderíamos pensar coletivamente sobre as controvérsias que nos dividem, e sobre o que é, e como poderíamos atingir, a economia moral.

Espero que os meus leitores se debrucem sobre as questões que causam estas controvérsias de forma ponderada e com uma mente aberta, incluindo as preocupações com as quais possam não concordar, e que estejam atentos às evidências disponíveis sobre as consequências que acompanham as escolhas que fazemos enquanto sociedade.

Espero também que este livro o ajude a formar as suas próprias opiniões sobre mercados moralmente controversos, tanto os que são aqui discutidos como outros. O meu objetivo é ajudá-lo a decidir quando deve aceitar o *statu quo* e quando deve defender mudanças, com o intuito de libertar as pessoas para que possam viver as suas vidas da melhor forma possível, seja permitindo, limitando ou negando opções, tanto em questões de vida ou morte como em todas as outras situações.